

MARCA/FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUÍÇA
RMS: 80224390213
MODELO: PULSAR 35
VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.004,35
EMPRESA VENCEDORA: BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA
CNPJ: 50.595.271/0001-05
2-185-UND-932235-CATETER BALAO PARA ANGIOPLASTIA PERIFERICA; COM DIAMETRO DE 2,0 A 12,0 MM; COM COMPRIMENTO DE 40 A 300 MM; COM EXTENSAO DO SISTEMA DE APROXIMADAMENTE 110 A 135 CM; MEDIDAS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE; OTW; COMPATIVEL COM FIO GUIA DE 0,035"; COM MARCADORES RADIO PACOS; ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; EMABLAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA/FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUÍÇA
RMS: 80224390292
MODELO: PASSEO 35 XEO
VALOR UNITÁRIO: R\$ 496,00
EMPRESA VENCEDORA: BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA
CNPJ: 50.595.271/0001-05
3-55-UND-932237-STENT PERIFERICO AUTOEXPANSIVEL EM NITINOL; COM 5,0 A 12,0 MM DE DIAMETRO; COM 40 A 200 MM DE COMPRIMENTO; EXTENSAO DO SISTEMA DE 110 A 135 CM; MEDIDAS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE; COMPATIVEL COM FIO GUIA DE 0,018"; EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA/FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUÍÇA
RMS: 80224390186
MODELO: PULSAR 18
VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.001,35
EMPRESA VENCEDORA: BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA
CNPJ: 50.595.271/0001-05
4-185-UND-932238-CATETER BALAO PARA ANGIOPLASTIA PERIFERICA; COM DIAMETRO DE 2,0 A 12,0 MM; COM COMPRIMENTO DE 40 A 300 MM; COM EXTENSAO DO SISTEMA DE APROXIMADAMENTE 110 A 135 CM; MEDIDAS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE; OTW; COMPATIVEL COM FIO GUIA DE 0,018"; COM MARCADORES RADIO PACOS; ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; EMABLAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA/FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUÍÇA
RMS: 80224390152
MODELO: PASSEO 18
VALOR UNITÁRIO: R\$ 496,00
EMPRESA VENCEDORA: BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA
CNPJ: 50.595.271/0001-05
5-65-UND-932240-CATETER BALAO PARA ANGIOPLASTIA PERIFERICA; COM DIAMETRO DE 2,0 A 12,0 MM; COM COMPRIMENTO DE 40 A 200 MM; COM EXTENSAO DO SISTEMA DE APROXIMADAMENTE 110 A 135 CM; MEDIDAS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE; OTW; COMPATIVEL COM FIO GUIA DE 0,014"; COM MARCADORES RADIO PACOS; ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; EMABLAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501901
VALOR UNITÁRIO: R\$ 498,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
6-25-UND-932242-STENT EXPANSIVEL POR BALAO; COM DIAMETRO DE 5,0 A 12,0 MM; COM COMPRIMENTO DE 40 A 200 MM; DE BAIXO PERFIL; COMPATIVEL COM FIOS GUIAS DE 0,035", 0,018" E 0,014" OTW. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE. MEDIDAS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501339
VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.034,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
7-20-UND-932243-STENT AUTO EXPANSIVEL; PARA USO EM ANGIOPLASTIA CAROTIDEA; COM DIAMETRO DE 5,0 A 7,0 MM; COM COMPRIMENTO DE 30, 40, 50 E 60 MM; SISTEMA DE TROCA RAPIDA; OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501339
VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.034,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
8-20-UND-932244-CATETER BALAO PARA USO EM ANGIOPLASTIA CAROTIDEA; COM DIAMETRO DE 5,0 A 7,0MM; COM COMPRIMENTO DE 20 A 60 MM; COM EXTENSAO DO SISTEMA DE 110 A 135 CM APROXIMADAMENTE; DE TROCA RAPIDA. OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; EMABLAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501595
VALOR UNITÁRIO: R\$ 498,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
9-28-UND-919971-DISPOSITIVO DE PROTECAO CEREBRAL PARA ANGIOPLASTIA; CONFECIONADO EM POLOIURETANO DE 1,5 CM DE COMPRIMENTO; 110 MICRA DE POROSIDADE; LOOP EM NITINOL ARTICULADO; COM 190 CM; 300 CM PONTA FLOPPY TRAUMATICA; MONTADO EM FIO GUIA DE 0,014"; BAINHA DE ENTRADA DE 3,2 FR E RETIRADA DE 4,3 FR; DE TROCA RAPIDA; COMPATIVEL COM VASOS DE DIAMETRO DE 3,5 MM ATÉ 5,5 MM OU DISPOSITIVO DE OCLUSAO MARGINAL TIPO OMA OU SIMILAR. ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501669
VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.815,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
10-25-UND-932245-FIO GUIA 0,035" SUPER STIFF; COM HASTE EM ACO INOXIDAVEL; COM COMPRIMENTO DE 300 CM E COM PONTAS COILS E COBERTURA EM MICROGLIDE. OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; EMABLAGEM

INDIVIDUAL ESTERIL; APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501611
VALOR UNITÁRIO: R\$ 300,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
11-32-UND-919375-FILTRO DE VEIA CAVA, SISTEMA JUGULAR E FEMURAL; COM INTRODUTOR DE 7FR, PARA VEIA CAVA DE DIAMETRO DE ATÉ 35 MM. AS MEDIDAS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL, APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA/FABRICANTE: COOK/WILLIAM COOK
PROCEDÊNCIA: DINAMARCA
RMS: 10212990121
VALOR UNITÁRIO: R\$ 3.580,00
EMPRESA VENCEDORA: E. TAMUSSINO E CIA LTDA.
CNPJ: 33.100.082/0002-86
12-23-UND-932246-INTRODUTOR LONGO ARAMADO; DE 6,0 A 8,0 FR, COM COMPRIMENTO DE 45 A 55 CM; CONTRA LATERAL; COM SUPERFICIE HIDROFILICA. ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL, APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA/FABRICANTE: COOK/COOK INCORPORATED
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 10212990226
VALOR UNITÁRIO: R\$ 700,00
EMPRESA VENCEDORA: E. TAMUSSINO E CIA LTDA.
CNPJ: 33.100.082/0002-86
13-17-UND-924473-INTRODUTOR LONGO ARAMADO; DE 6,0 A 8,0 FR, COM COMPRIMENTO DE 90 CM; PARA CAROTIDA; COM SUPERFICIE HIDROFILICA. ESTERIL; ATOXICO; APIROGENICO; OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL, APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: MSB MEDICAL
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
RMS: 80454410005
VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.050,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
14-310-UND-932236-FIO GUIA HIDROFILICO DE 0,035"; STIFF; COM PONTA ANGULADA; COM COMPRIMENTO DE 260 CM. OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL, APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA/FABRICANTE: MSB MEDICAL
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
RMS: 80454410006
VALOR UNITÁRIO: R\$ 187,00
EMPRESA VENCEDORA: BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 19.848.316/0001-66
15-204-UND-932239-FIO GUIA HIDROFILICO DE 0,018"; STIFF; COM COMPRIMENTO DE 300 CM; COM PONTA EM COILS. OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL, APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501900
VALOR UNITÁRIO: R\$ 300,00
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
16-55-UND-932241-FIO GUIA HIDROFILICO DE 0,014"; STIFF; COM COMPRIMENTO DE 300 CM; COM PONTA EM COILS E COBERTURA EM MICROGLIDE. OS TAMANHOS PODEM VARIAR DE ACORDO COM O FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL, APRESENTACAO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE.
MARCA: ABBOTT
PROCEDÊNCIA: EUA
RMS: 80146501828
VALOR UNITÁRIO: R\$ 505,82
EMPRESA VENCEDORA: SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.178.470/0001-79
Item - HEB - HBB - Total
01-50-05-55
02-180-05-185
03-50-05-55
04-180-05-185
05-60-05-65
06-20-05-25
07-15-05-20
08-15-05-20
09-18-10-28
10-20-05-25
11-15-17-32
12-18-05-23
13-12-05-17
14-200-110-310
15-200-04-204
16-50-05-55
1º VIGENCIA A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.
2º Durante o prazo de validade da ATA inexistirá obrigatoriedade, por parte da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.
3º PRAZO E LOCAL DE ENTREGA Por ocasião do fornecimento, a Unidade requisitante estabelecerá o prazo de entrega do material, não podendo, todavia, ultrapassar o prazo previsto em edital, a partir do recebimento Autorização de Fornecimento e/ou Documento Equivalente por parte do fornecedor. A entrega deverá ser realizada nos locais indicados na Ata de Registro de Preços, em perfeitas condições de uso e funcionamento, correndo por conta da detentora da ATA todas as despesas pertinentes, envolvendo, entre outras, aquelas - com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
4º PAGAMENTO O pagamento será efetuado à vista da nota fiscal apresentada quando da entrega do(s) produto(s), por intermédio de crédito em conta corrente da signatária da ATA junto ao BANCO SANTANDER S/A OU BANCO DO BRASIL, no 90º (nonagésimo) dia subsequente ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do(s) mesmo(s), sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, NÃO SENDO PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA A EMISSÃO DE BOLETO BANCARIOS.
5º REVISÃO DE PREÇOS Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos da detentora da ATA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual; devidamente comprovada.

6º CANCELAMENTO O cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 05 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa. Pelo órgão responsável pelo REGISTRO, quando a signatária da ATA:
I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
II - Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
V - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
7º SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal Nº 10.520, de 17/7/2002, publicada no DOU de 18 / 7 / 2002, e/c o artigo 15 da Resolução do Comitê Estadual De Gestão Pública - CEGP - 10, de 19 / 11 / 2002, publicada no DOE de 20 / 11 / 2002.
A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei Federal Nº 8.666 de 21/06/1.993, e nas aplicações de multas conforme prevê o ANEXO III, DAS REGRAS DE PROCEDIMENTO Nº 01/2011 de 04/10/2011, conforme a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021-FAMESP/BAURU.
8º Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução do(s) objeto(s), bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraidas, integram esta ATA os documentos do EDHAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2021-FAMESP/BAURU, constantes do PROCESSO n.º 3888/2021-FAMESP/BAURU, e, em especial, as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação das empresas: BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA CNPJ: 50.595.271/0001-05, SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 54.178.470/0001-79, E TAMUSSINO E CIA LTDA - CNPJ: 33.100.082/0002-86 e BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 19.848.316/0001-66.

Concursos

SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Pessoal

Comunicado nº DP-59/311/21

A Diretoria de Pessoal CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para realizarem a inspeção de saúde, os quais estão inscritos no concurso público destinado ao cargo de Oficial Administrativo Padrão "1-A", regido pelo Edital nº DP-2/321/14, nomeados em cumprimento à determinação judicial no processo respectivo, conforme publicação inserida no DOE nº 110, de 9-6-21.

Todos os candidatos, individualmente, deverão acessar a página na Internet do Departamento de Perícias Médicas do Estado, por meio do endereço eletrônico <http://www.planejamento.sp.gov.br>, acessar a aba "Perícia Médica - DPME", clicar no campo "Ingresso", lendo atentamente todas as instruções ali contidas, devendo após, acessar o campo "Requisição de Agendamento de Perícia Médica para fins de Ingresso", por meio do qual realizará seu cadastro, juntando laudos e/ou exames previstos no Anexo V do Edital, finalizando as providências necessárias para o agendamento da perícia médica, tudo no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação do ato de provimento. Para informações ou tirar dúvidas, fica disponível o telefone: (11) 3327-7812, nos dias úteis, das 09h00 às 18h00.

NOME - RG - PROCESSO - JUIZO
Cristiane Aparecida Estevão - 52.575.300-X - 1026298-57-2017-8.26.0053 - CEPTJ-SP
Sergio Fernando Duarte dos Santos - 30.876.806-1 - 1003216-03-2020.8.26.0405 - 2º VFP-Osasco/SP

SAÚDE

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES n.º 06/2021
O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, por meio da Comissão Especial de Concurso Público, nos termos da Portaria HCRP nº 230/2019, e nos termos do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014, torna pública a abertura de inscrições e a realização do concurso público para preenchimento de 22 (vinte e duas) vagas da função-atividade de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais, contidas no presente edital.

Instruções Especiais
I - Disposições preliminares
1. - A realização do presente concurso foi autorizada conforme despacho do Senhor Governador do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado, seção I, página 5, em 06/03/2021, de acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014.
2. - As publicações referentes ao presente concurso poderão ser acompanhadas por meio do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e dos sites da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br) e Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (www.hcrp.usp.br).
3. - O candidato aprovado será admitido na função-atividade, nos termos do artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, e será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
4. - As informações relativas à função-atividade, especialidades, leis complementares que os regem, jornadas de trabalho, número de vagas, valores das taxas de inscrição e vencimentos estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.
5. - As informações relativas aos pré-requisitos para admissão, perfil profissional, atribuições, conteúdo programático e duração da prova constam no Anexo II deste Edital.
II - Dos pré-requisitos
1. - O candidato (ou seu procurador), sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas, na data da admissão, em atendimento à CLT, e suas alterações:
a) - Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
c) - Possuir os pré-requisitos e a formação necessários para exercer a função atividade, conforme mencionado no Anexo II;
d) - Estar quite com a Justiça Eleitoral;
e) - Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
f) - Possuir cópia da última declaração de Imposto de Renda entregue à Secretaria da Receita Federal, ou declaração pública de bens;
g) - Se do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar, entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 (dezenove) e 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade, observado o disposto no artigo 210 do Decreto Federal nº 57.654, de 20/01/1966;
h) - Apresentar Carteira de Trabalho; e
i) - Conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas.
2. - A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será feita por ocasião da admissão, conforme estabelecido no Capítulo XIII.
3. - A não apresentação dos documentos ou a não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado no item anterior, implicará a eliminação do candidato.
III - Das inscrições
1. - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e anexos que o acompanham, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
2. - O deferimento da inscrição, através de ato publicado no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) e Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e o pagamento da respectiva taxa, dentro do período determinado neste edital.
3. - O candidato terá a sua inscrição indeferida, mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado, quando:
a) - Efetuar pagamento em valor menor do que o estabelecido;
b) - Efetuar pagamento fora do período estabelecido para inscrição;
c) - Preencher a ficha de inscrição de modo indevido;
d) - Não atender as condições estipuladas neste edital.
4. - O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição e responsabilizar-se pelas informações prestadas na ficha de inscrição, podendo o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo excluir do concurso público aquele que a preencher com dados incorretos, bem como prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
5. - As inscrições deverão ser realizadas somente pela Internet, no site (www.hcrp.usp.br), no período das 00:00 horas de 14 de junho de 2021 às 14:00 horas de 28 de junho de 2021.
6. - Para inscrever-se, o candidato deverá:
a) - Acessar o site (www.hcrp.usp.br);
b) - Localizar no site o link correlato ao concurso público;
c) - Ler atentamente o respectivo edital e preencher a ficha de inscrição, total e corretamente;
d) - Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento do valor correspondente da taxa de inscrição, até a data limite para o encerramento das inscrições, de acordo com as instruções constantes do item 10 e seguintes deste capítulo.
7. - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento do campo próprio na ficha de inscrição, disponibilizada na ÁREA DE INSCRIÇÃO.
8. - O descumprimento das instruções para inscrição pela Internet implicará o indeferimento da inscrição.
9. - O valor da inscrição pode ser pago em qualquer agência bancária, utilizando somente o boleto bancário gerado no ato da inscrição, até a data limite do encerramento das inscrições, sendo certo que:
a) - A inscrição por pagamento em cheque somente será considerada efetivada após a respectiva compensação;
b) - Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos correios, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional, fora do período das inscrições ou por qualquer outro meio que não os especificados neste edital;
c) - O agendamento do pagamento do valor da taxa de inscrição só será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período das inscrições.
10. - As 14:00 (quatorze) horas do último dia das inscrições, a ficha de inscrição não estará mais disponível no site. Quanto ao boleto bancário estará disponível para impressão até 18:00 horas na ÁREA DO CANDIDATO.
11. - Não haverá devolução da taxa de inscrição, ainda que efetuada a mais ou em duplicidade. A devolução da taxa de inscrição somente ocorrerá se o concurso público não se realizar.
12. - Não serão aceitos pedidos de isenção ou redução de pagamento do valor da taxa de inscrição, salvo:
a) - Isenção para candidatos doadores de sangue, nos termos da Lei nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005;
b) - Redução de 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado neste edital, nos termos da Lei nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, para candidatos que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:
• - Sejam estudantes regularmente matriculados e
• - Percebam remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.
13. - Candidatos interessados em requerer a inscrição nos termos do item 12 deste capítulo devem acessar o site (www.hcrp.usp.br); localizar o link correlato ao concurso público; ler atentamente as instruções relativas à solicitação de isenção ou redução da taxa de inscrição e seguir os procedimentos ali estabelecidos.
14. - A Comissão Especial de Concurso Público, a qualquer tempo, poderá realizar diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não o pedido apresentado em requerimento.
15. - Após a análise dos pedidos de isenção e redução do valor da taxa de inscrição, a Comissão Especial de Concurso Público publicará a relação dos pedidos deferidos e indeferidos, observados os motivos dos indeferimentos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br), no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no site do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (www.hcrp.usp.br).
16. - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção ou redução do valor da taxa de inscrição deferidos deverão realizar sua inscrição dentro do período estabelecido neste capítulo.
17. - No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral, dentro do período e horário de recebimento das inscrições.
18. - O Hospital das Clínicas da FMRP/USP exime-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para participação em qualquer das etapas do concurso.
19. - Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.
20. - O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas (prova adaptada, ajudas técnicas, sala acessível, mobiliário específico ou similar), deverá, obrigatoriamente, declarar no momento do preenchimento da ficha de inscrição, disponibilizada no site (www.hcrp.usp.br), link concursos, na área de inscrição.
20.1. - O candidato deverá apresentar, junto à solicitação de condição especial, laudo médico (original ou cópia, exe-

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 10 de junho de 2021 às 00:28:13



dido nos últimos 12 (doze) meses que justifique o atendimento especial solicitado, durante o período de inscrições (considerando, para este efeito, a data da postagem), via Sedex ou carta registrada com aviso de recebimento, ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - Serviço de Seleção e Desenvolvimento - Campus Universitário, Bairro Monte Alegre – Ribeirão Preto – SP – CEP: 14048-900.

20.2. - Fica facultado ao candidato, entregar o laudo e a solicitação de condição especial, caso tenha interesse, pessoalmente ou por procuração, seguindo os prazos, critérios e endereços mencionados no item anterior.

20.3. - O candidato com deficiência, caso necessite condição especial para realização da prova, deverá proceder conforme estabelecido no Capítulo IV destas Instruções Especiais.

21. - O candidato que não cumprir a exigência do item anterior até o término do prazo estabelecido, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição atendida.

22. - O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

23. - A Comissão Especial de Concurso Público terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do encerramento das inscrições, para analisar e publicar, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no site do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (www.hcrp.usp.br), o deferimento ou indeferimento da solicitação do candidato, bem como para informá-lo sobre a decisão em formato acessível.

24. - Portadores de doenças infectocontagiosas ou pessoas acidentadas que não tiverem comunicado sua condição à unidade, por sua inexistência na data-limite, deverão fazê-lo tão logo venham a ser admitidos, devendo os candidatos nesta situação se identificar também ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, quando da realização das provas, tendo direito a atendimento especial.

24.1 - Caso a condição do candidato coloque em risco os demais participantes do certame e a equipe de fiscalização, como, por exemplo, se estiver contaminado pela COVID-19, não terá o ingresso permitido no local da realização da prova.

24.2 - No caso da apresentação do atestado com a condição indicada no item anterior, o HCRP providenciará a restituição integral da taxa de inscrição.

25. - A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

25.1. - Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata;

25.2. - A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata);

25.3. - Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal;

25.4. - Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

IV – Da participação dos candidatos com deficiência

1. - As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição para os empregos públicos do concurso público cujas atribuições sejam compatíveis com suas deficiências.

2. - O candidato com deficiência concorrerá às vagas existentes e às que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade do concurso, sendo reservado o percentual de 5% destas no presente concurso público, nos termos da legislação mencionada no item 1.

2.1. - O percentual de vagas definido no item 2 deste capítulo que não for preenchido por inexistência ou reprovação de candidatos com deficiência, no concurso ou na pericia médica, será preenchido pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

3. - Para fins deste concurso público, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

4. - Não há impeditivo legal à inscrição ou ao exercício do emprego público quanto à utilização de material tecnológico ou habitual.

5. - As pessoas com deficiência participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao dia, horário de início e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

6. - Para efetuar a inscrição o candidato com deficiência deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo III.

7. - O candidato com deficiência, no momento do preenchimento da ficha de inscrição, disponibilizada no site (www.hcrp.usp.br), link concursos, na área de inscrição, deverá, obrigatoriamente, declarar no campo específico que é deficiente, informando ainda, o tipo e o grau de deficiência, e se necessita de condições especiais ou ajudas técnicas para submeter-se às provas, especificando-as.

7.1. - O anexo IV deste edital prevê as condições específicas e ajudas técnicas que poderão ser disponibilizadas aos candidatos. Aqueles que não as solicitarem terão seus direitos exauridos quanto à sua utilização.

7.2. - Em atendimento ao § 4º, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, o tempo para a realização de provas a que serão submetidos os candidatos com deficiência poderá ser diferente daquele previsto para os candidatos considerados normais, levando-se em conta o grau de dificuldade para a leitura e escrita em Braille, bem como o grau de dificuldade provocado por outras modalidades de deficiência.

7.3. - O pedido fundamentado de tempo adicional para realização de provas deverá ser acompanhado de justificativa médica, cabendo a Comissão Especial de Concurso Público deliberar a respeito.

7.3.1. - O atendimento de condições específicas ou ajudas técnicas não previstas no edital ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido.

8. - O candidato com deficiência deve enviar, durante o período de inscrições (considerando, para este efeito, a data da postagem), via Sedex ou carta registrada com aviso de recebimento, ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - Serviço de Seleção e Desenvolvimento - Campus Universitário, Bairro Monte Alegre – Ribeirão Preto – SP – CEP: 14048-900, laudo médico (original ou cópia) de acordo com o modelo disponibilizado na área de inscrição) atestando:

a) - O tipo e o grau da deficiência, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID-10,

b) - A provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova.

8.1. - Fica facultado ao candidato, entregar o laudo, caso tenha interesse, pessoalmente ou por procuração, seguindo os prazos, critérios e endereço mencionados no item anterior;

8.2. - A validade do laudo médico, a contar do início da inscrição, será de 2 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 1 (um) ano nas demais situações;

8.3. - O laudo não será devolvido;

8.4. - As solicitações de todas as condições diferenciadas devem ser entregues juntamente com o laudo médico de que trata o item 8, e endossadas por atestado médico em que conste:

a) - Assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

b) - Fundamentação médica para a solicitação; e

c) - Nome completo do candidato, número do documento de identidade (RG), número do CPF e opção de emprego público.

9. - A Comissão Especial de Concurso Público terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do encerramento das inscrições, para publicar, no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br), no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (www.hcrp.usp.br), os respectivos deferimentos ou indeferimentos, e informá-los aos candidatos em formato acessível.

10. - O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição reservados ao candidato com deficiência, ou não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste capítulo perderá o direito a tratamento diferenciado no que se refere ao presente concurso público, e não poderá impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

11. - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste capítulo, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

12. - No prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da habilitação, os candidatos com deficiência aprovados deverão submeter-se à pericia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função-atividade, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992.

12.1. - A Comissão Especial de Concurso Público deste Hospital executará as providências relativas ao agendamento da pericia médica e dará ciência aos candidatos com deficiência quanto à data, horário e local de sua realização, por meio de edital a ser publicado em Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), informando-os em formato acessível;

12.2. - A pericia será realizada em órgão médico oficial do Estado, por especialistas nas áreas de deficiência de cada candidato, a ser realizada no DPME situado à Avenida Prefeito Passos, s/n - Várzea do Carmo - São Paulo - SP, devendo a decisão ser publicada no prazo de 05 (cinco) dias contados do respectivo exame;

12.3. - Após a realização da pericia médica e publicação da decisão, caberá ao órgão responsável pelo concurso público a retirada dos respectivos laudos no DPME, bem como a imediata comunicação ao candidato com deficiência em formato acessível;

12.4. - Quando a pericia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo DPME para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado, utilizando-se de requerimento disponível no site www.planejamento.sp.gov.br – Pericia Médica – DPME \> Ingresso – Pré-Avaliação – Pessoa com deficiência \> Requerimento de Recurso Pré-Avaliação;

12.4.1. - O pedido deve ser enviado via Correios com Aviso de Recebimento para o setor de atendimento do DPME situado à Avenida Prefeito Passos, s/n - Várzea do Carmo - São Paulo - SP - CEP 01517-020 ou protocolado pessoalmente no referido local no horário das 07h00 às 16h00;

12.5. - A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame.

12.6. - Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica.

12.7. - Após a realização da avaliação pela junta médica e publicação da decisão, caberá ao órgão responsável pelo concurso público a retirada dos respectivos laudos no DPME, bem como a imediata comunicação ao candidato com deficiência em formato acessível.

13. - Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função-atividade postulada, o candidato será eliminado do certame.

14. - Será eliminado da lista especial o candidato cuja deficiência assinalada no formulário de inscrição não se fizer constatada na forma do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, devendo permanecer apenas na lista geral de classificação.

15. - A não observância pelo candidato de quaisquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

V – Do sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas

1. - Será adotado no presente Concurso Público o sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 63.979, de 19 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado de 20/12/2018.

2. - Os candidatos que fizerem jus ao sistema de pontuação diferenciada serão beneficiados mediante acréscimo na pontuação final, em cada fase do concurso público, conforme fatores de equiparação especificados no Decreto nº 63.979/2018.

3. - Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deve no ato de inscrição para o respectivo concurso público, cumulativamente:

3.1. - Declarar-se preto, pardo ou indígena;

3.2. - Declarar, sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015; e

3.3. - Manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos expressos no Decreto estadual nº 63.979/18.

4. - É permitido ao candidato declarar-se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja ser beneficiado do sistema de pontuação diferenciada, submetendo-se às regras gerais estabelecidas no edital do certame, para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas no edital do certame, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. - Para efetuar a inscrição o candidato que se declarar preto, pardo ou indígena e optar por utilizar o sistema de pontuação diferenciada deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo III deste Edital.

6. - A aferição da veracidade da autodeclaração de que trata o sub-item 3.1 será efetuada pela Comissão Especial de Concurso Público ou por Empresa Especializada contratada para esse fim, através da fenotipia (aparência) do candidato.

6.1. Para fins da aferição de que trata o item 6, no ato de inscrição o candidato que se declarar preto ou pardo, deverá fazer a inserção (upload) dos seguintes documentos comprobatórios:

a) Uma foto colorida nítida e atualizada do candidato.

b) Cópia colorida do R.G. do candidato.

6.1.1. A verificação da veracidade da autodeclaração será realizada através das fotos inseridas pelos candidatos no momento da inscrição.

6.1.2. Caso subsistam dúvidas quanto à fenotipia, será considerado o critério de ascendência.

6.1.2.1. Para comprovação da ascendência, será exigido do candidato, em data a ser divulgada, a apresentação de documento idôneo (R.G.), com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para obtenção do benefício.

6.2. A verificação da veracidade da autodeclaração será realizada após a realização da prova Objetiva e antes da divulgação da lista de habilitados, nos termos do §1º do artigo 9º do Decreto nº 63.979/2018, apenas dos candidatos que obtiverem desempenho mínimo conforme os itens 2.1 e 2.2 do título VII deste Edital.

6.3. A não inserção dos documentos comprobatórios de que trata o item 6.1, implicará no indeferimento da opção de que trata o item 2 deste Capítulo.

6.4. Constatada a falsidade da autodeclaração de que trata o item 3.1 deste Capítulo, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido admitido, sujeitar-se-á à anulação do respectivo contrato de trabalho, conforme o disposto no parágrafo único da Lei Complementar nº 1259/2015.

7. - Após o término das inscrições, a relação final com os nomes de todos os candidatos que participarão do concurso público por meio do sistema de pontuação diferenciada será divulgada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br), no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no site do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (www.hcrp.usp.br).

8. - Os candidatos que optarem por utilizar o sistema de pontuação diferenciada participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, horário de início e local de aplicação das provas.

9. - O candidato que se declarar indígena, no ato de inscrição deverá fazer a inserção (upload) da cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI) próprio ou, na ausência deste, o RANI de um dos seus genitores.

10. - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

Onde:

• PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

• MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados. Entende-se por "ampla concorrência" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

• MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

10.1. Para o cálculo das notas médias, tanto para os candidatos PPI, quanto dos da ampla concorrência, devem ser utilizadas apenas as notas simples dos candidatos que seriam habilitados, antes da aplicação da pontuação diferenciada;

10.2. - Entende-se por candidato inabilitado aquele que NÃO alcança ou supera o desempenho mínimo do concurso público em referência.

11. - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

Onde:

• NCFPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

• NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

12. - Os cálculos a que se referem os itens 10 e 11 deste capítulo devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

13. - Os cálculos já efetuados referentes à pontuação diferenciada, relativos ao desempenho médio dos candidatos, não serão refeitos ou alterados em virtude da exclusão de candidatos por falsidade na autodeclaração.

14. - A pontuação diferenciada também não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência (PPI) por maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

15. - Ao candidato preto, pardo ou indígena, que seja pessoa com deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, de que trata este capítulo, cumulativamente com os direitos a ele conferidos pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, que dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência.

VI – Da participação de estrangeiros

1. - Somente poderão ser admitidos nos empregos públicos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

2. - Para inscrição no concurso público, será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE).

2.1. - Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto de Igualdade, após a admissão, deverá o servidor apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.

3. - O estrangeiro que:

3.1. - Se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da admissão, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

3.2. - Se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da admissão, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

3.3. - Tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da admissão, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19 de setembro de 2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

VII - Das provas

1. - O concurso público será realizado em nível local e constará de prova OBJETIVA.

2. - A PROVA OBJETIVA: De caráter ELIMINATÓRIO e CLAS-SIFICATÓRIO, avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Constará de questões de múltipla escolha, de acordo com o programa estabelecido no ANEXO II deste Edital.

2.1. - A PROVA OBJETIVA terá: 50 (CINQUENTA) questões de Múltipla Escolha, sendo 35 (trinta e cinco) questões de conhecimentos específicos, 5 (cinco) questões de língua portuguesa, 5 (cinco) questões de noções de administração pública e 5 (cinco) questões de informática, valendo 2,0 (dois) pontos cada.

2.2. - Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova Objetiva.

2.3. - Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 6º do Decreto Estadual nº 63.979/18 e Instrução CPPNI 1/2019, a eliminação dos candidatos que não obtiverem o desempenho mínimo estipulado no edital do certame, ocorrerá após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

2.4. - O candidato que não comparecer à prova OBJETIVA na data e horário estabelecidos será eliminado do Concurso Público.

3. - O tempo de duração da prova consta no Anexo II deste edital.

4. - A prova será realizada na cidade de Ribeirão Preto, com data PREVISTA para o dia 25/07/2021, no período da manhã, tarde ou noturno, e os candidatos serão convocados por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado www.imesp.com.br, no Portal de Concursos Públicos do Estado www.concursopublico.sp.gov.br e no site www.hcrp.usp.br.

4.1. - A aplicação da prova na data prevista dependerá da disponibilidade de local adequado à sua realização e à acomodação de todos os candidatos inscritos.

5. - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar no site www.hcrp.usp.br, pelo Diário Oficial do Estado www.imesp.com.br ou no Portal de Concursos Públicos do Estado www.concursopublico.sp.gov.br as publicações de todas as etapas referentes a este Concurso Público, não sendo aceita a alegação de desconhecimento como justificativa de ausência ou, comparecimento em data, local ou horários incorretos.

6. - Os candidatos deverão chegar ao local da prova, divulgado no referido edital de convocação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitido o ingresso de candidatos, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

7. - Será admitido no local da prova somente o candidato que estiver:

a) - Com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, lápis preto nº 2 e borracha macia;

b) - Munido do original de um dos seguintes documentos oficiais, vigentes e com foto, de forma a permitir com clareza a sua identificação: cédula de identidade (RG), registro nacional de estrangeiro (RNE), carteira de trabalho e previdência social, carteira de órgão ou conselho de classe, carteira nacional de habilitação ou passaporte.

c) - Utilizando máscara de proteção facial, conforme determina a legislação municipal em vigor.

7.1. - O candidato que não estiver utilizando a máscara de proteção facial, como também não apresentar um dos documentos elencados no item 7 deste capítulo não realizará a prova, sendo considerado ausente e eliminado deste concurso público.

7.2. - Não serão aceitos para efeito de identificação, por serem documentos destinados a outros fins: protocolo de requisição de documento, carteira de reservista, certidão de nascimento ou de casamento, título eleitoral, carteira nacional de habilitação emitida anteriormente à Lei nº 9.503, de 23/09/1997, carteira de estudante, crachá, identidade funcional de natureza pública ou privada, documentos vencidos há mais de 30 (trinta) dias ou qualquer outro que não os elencados no item 7.

8. - O candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento, ou que esteja de posse de boletim de ocorrência (perda ou furto de documentos), será submetido à identificação especial, que pode compreender coleta de dados, de assinaturas, de impressão digital, fotografia do candidato e outros meios, a critério da Comissão Especial de Concurso Público.

8.1. - Na ocorrência do previsto no item 8 deste capítulo, o candidato fará a prova condicionalmente, devendo apresentar no Serviço de Seleção e Desenvolvimento do Hospital das Clínicas, no primeiro dia útil após a realização do certame, um dos outros documentos descritos no item 7 deste capítulo, sob pena de eliminação do certame.

9. - Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

10. - No ato de realização da prova, serão entregues ao candidato o caderno de questões e uma única folha de respostas, que deve ser preenchida com seus dados pessoais, sua assinatura e a marcação das respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

11. - Não será permitido qualquer: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações; e o uso de máquinas calculadoras, pagers, telefones celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.

11.1 - O candidato não poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova levando qualquer dos materiais elencados no item 11.

12. - O candidato deve assinalar apenas uma alternativa por questão na folha de respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no caderno de questões.

13. - Os prejuízos advindos do preenchimento incorreto de qualquer campo da folha de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

13.1. - Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro de preenchimento por parte do candidato.

13.2 - Não serão computadas questões não assinaladas na folha de respostas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

14. - Os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até o término da prova.

15. - O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao fiscal somente o material solicitado conforme instruções constantes do caderno de prova.

16. - Será excluído do concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste edital:

a) - Apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;

b) - Apresentar-se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação;

c) - Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

d) - Não apresentar os documentos solicitados para a realização da prova, nos termos deste edital;

e) - Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

f) - Ausentar-se definitivamente do local de prova antes do decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos de seu início;

g) - For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar;

h) - Estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, relógios digitais, agenda eletrônica, notebook, tablet, receptor, gravador, smartphone ou equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

i) - Lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;

j) - Não devolver a folha de respostas; e

k) - Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

17. - Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados por todos os candidatos antes do início da prova.

18. - Os pertences pessoais dos candidatos serão acomodados em local e forma a serem indicados pelos fiscais das salas de prova, durante todo o período de permanência no local de prova.

19. - Não haverá segunda chamada, repetição de prova ou vista de prova em hipótese alguma.

20. - No dia da realização da prova, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no edital de convocação, a Comissão Especial de Concurso Público procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação do comprovante de pagamento de inscrição.

20.1 - A inclusão será realizada de forma condicional e será analisada pela Comissão Especial de Concurso Público, na fase de julgamento da prova objetiva, com o intuito de se verificar a sua pertinência.

20.2 - Constatada a impertinência da inclusão condicional, a inscrição será automaticamente cancelada, sem direito a reclamação,

21. - Se, após a prova, for constatado (por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico, de investigação policial ou qualquer outra forma) que o candidato utilizou processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

22. - Não haverá, sob nenhuma hipótese, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

VIII - Dos recursos

1. - Serão admitidos recursos referentes às etapas do concurso, quanto:

a) - Ao indeferimento do pedido de isenção ou redução do valor do pagamento da taxa de inscrição;

b) - Ao indeferimento da solicitação de condições específicas e ajudas técnicas;

c) - À aplicação das provas;

d) - Às questões da prova e gabarito;

e) - Ao resultado da prova;

f) - A eliminação do concurso em virtude da constatação da falsidade da autodeclaração dos candidatos PPI e,

2. - O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

2.1 - O prazo para interposição do recurso de que trata a letra "f" será de 7 (sete) dias.

3. - Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do concurso, desde que devidamente fundamentado.

4. - Em caso de interposição de recurso, o candidato, dentro do prazo estabelecido no item 2 deste Capítulo, deverá acessar o edital no endereço eletrônico www.hcrp.usp.br no link específico de Concursos na opção "Recursos" e seguir as instruções ali contidas.

4.1. - O recurso só será aceito se:

4.1.1. - Entregue pessoalmente pelo candidato ou por procuração específica, conforme modelo disponibilizado na opção "Recursos";

4.1.2. - Atenda às instruções estabelecidas na opção "Recursos".

4.2. - O recurso deverá ser elaborado de forma individualizada, ou seja, 1 recurso para cada questão e a decisão será tomada mediante parecer técnico da Banca Examinadora.

4.3. - Cada questão ou item deverá ser apresentado em formulário próprio, com argumentação lógica e consistente.

4.4. - A versão eletrônica do caderno de questões será disponibilizada para consulta no site www.hcrp.usp.br durante o período previsto para os recursos referentes às questões da prova e gabarito.

5. - Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitosos, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.

6. - Na hipótese de anulação de questões, os pontos relativos a elas serão atribuídos a todos os candidatos que prestaram a prova correspondente.

7. - O gabarito oficial, divulgado em Diário Oficial do Estado, no Portal de Concursos Públicos do Estado e no site do HCRP, poderá sofrer alterações caso ocorra a situação descrita no item 6 deste capítulo, antes da homologação do certame.

8. - Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo a Comissão Elaboradora e Julgadora das Provas soberana em suas decisões.

9. - A decisão do deferimento ou indeferimento de recurso contra o gabarito e contra o resultado das diversas etapas previstas neste capítulo será divulgada no endereço eletrônico www.hcrp.usp.br no link de Concursos na opção "Recursos".

10. - Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pela Comissão Elaboradora e Julgadora das Provas poderá haver alterações nas publicações das etapas do concurso, antes de sua homologação.

IX - Do desempate

1. - Os critérios de desempate se aplicam a todos os candidatos, sendo que em caso de igualdade de classificação, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) - Tenha maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003, tendo preferência sobre os demais e entre si;

b) - Obteve maior número de acertos na parte de CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS da prova OBJETIVA;

c) - Tenha maior idade (entre 18 a 59 anos).

d) - Tenha, comprovadamente, sido jurado (após 9 de junho de 2008), nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689/2008.

e) - Estiver inscrito no "Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal".

1.1. - Para fins de comprovação de que trata a letra "e" do item 1 deste capítulo, o candidato deverá informar no ato da inscrição o fato de ter exercido a função de jurado.

1.1.1 - No ato da inscrição, o candidato deverá inserir (upload) de documento comprobatório de que exerceu a função de jurado.

1.1.2 - Para inserir o documento comprobatório, o candidato deverá acessar o site do Hospital e no link correlato do Concurso Público e efetuar o upload.

1.1.3 - A não inserção do documento comprobatório de que trata o item anterior, dentro do período de inscrição, o candidato deixará de ter a vantagem neste critério de desempate.

1.2 - Para fins de que trata a letra "f" do item 1 deste capítulo, no ato da inscrição no Concurso Público, o candidato deverá informar que está inscrito no "Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal", informando também, em qual programa que está cadastrado.

1.2.1 - No ato de inscrição, o candidato deverá inserir (upload) de documento comprobatório de que encontra-se inscrito no referido Programa Social.

1.2.2 - Para inserir o documento comprobatório, o candidato deverá acessar o site do Hospital e no link correlato do Concurso Público e efetuar o upload.

1.2.3 - A não inserção do documento comprobatório de que trata o item anterior, dentro do período de inscrição, o candidato deixará de ter a vantagem neste critério de desempate.

2. - Permanecendo o empate, os candidatos empatados serão convocados, através de publicação em Diário Oficial do Estado e no Portal de Concursos Públicos do Estado, a comparecer no Serviço de Seleção e Desenvolvimento do Hospital das Clínicas da FMRP, para participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação.

2.1. - O não comparecimento dos candidatos convocados ao sorteio implicará a classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Concurso Público, não cabendo recurso quanto a classificação estabelecida.

X - Da classificação final

1. - A nota final do candidato será igual ao total de pontos obtidos na PROVA OBJETIVA, observado o sistema de pontuação diferenciada de que trata o capítulo V deste Edital e em conformidade com o Decreto Estadual nº 63.979/18.

2. - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

3. - Haverá duas listas de classificação, observado o sistema de pontuação diferenciada na forma do Capítulo V deste Edital: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

XI - Da homologação

1. - A homologação do concurso dar-se-á por ato do Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame, que serão devidamente publicadas.

2. - O concurso terá validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação de sua homologação em Diário Oficial do Estado, prorrogável uma vez por igual período, a critério do HCFMRP/USP, não cabendo qualquer ato posterior.

XII - Da escolha de vagas

1. - A convocação dos candidatos aprovados das duas listas (geral e especial) para anuência às vagas far-se-á rigorosamente por ordem de classificação, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, no Portal de Concursos Públicos do Estado, no site do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto e por correio eletrônico indicado pelo candidato no ato da inscrição deste certame.

2. - A ordem de convocação dos candidatos com deficiência classificados no concurso público, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, se dará da seguinte forma: na 5ª (quinta) vaga, 30ª (trigésima) vaga, 50ª (quinquagésima) vaga e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 (vinte) admissões, durante o prazo de validade deste concurso público.

2.1. - Os candidatos com deficiência aprovados terão respeitada sua ordem de classificação na lista geral, se esta for mais benéfica do que a prevista pelo regimento disposto no item 2.

2.2. - No caso de existir convocação nos termos do subitem 2.1 deste capítulo, o próximo candidato da lista especial, caso haja, será convocado a ocupar somente a vaga do intervalo seguinte, dentre aquelas estabelecidas no item "2", em observância ao princípio da proporcionalidade.

3. - O candidato à função de Técnico de Enfermagem, poderá ser designado pelo Hospital para atuar em áreas específicas de tratamento da COVID-19 ou outras doenças infectocontagiosas.

4. - O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua habilitação quando:

a) deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação, seja qual for o motivo alegado;

b) não aceitar as condições estabelecidas para o exercício do emprego público.

XIII - Da admissão

1. - As admissões ocorrerão de acordo com as necessidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos habilitados no concurso público.

2. - Os candidatos aprovados, conforme disponibilidades de vagas serão admitidos por meio de ato do Superintendente do HCFMRP-USP, publicado no Diário Oficial do Estado.

3. - Os candidatos aprovados serão convocados para admissão, inicialmente, por prazo determinado de experiência, nos termos do artigo 443, § 2º, alínea "c" e artigo 445, parágrafo único, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

4. - O candidato, para ser admitido, deverá comprovar os requisitos exigidos para a participação no concurso público, entregando:

a) - Carteira de trabalho;

b) - Certidão de nascimento ou casamento (com as respectivas averbações, se for o caso);

c) - Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para os candidatos do sexo masculino, observado o disposto no artigo 210, do Decreto nº 57.654, de 20/01/1966;

d) - Título de Eleitor, com comprovante de votação da última eleição ou Certidão de quitação eleitoral;

e) - Cédula de identidade - RG;

f) - Cadastro de Pessoa Física - CPF;

g) - Atestado de Antecedentes Criminais expedido pela Secretaria de Segurança Pública ou órgão equivalente do(s) Estado(s) no(s) qual(is) tenha residido nos últimos 5 anos;

h) - Cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e das atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio, nos termos da Lei nº 8.730, de 11/10/1993, Lei nº 8.429, de 06/02/1992 e Instrução Normativa do TCU nº 05, de 10/03/1994 e do Decreto Estadual nº 41.865, de 16/06/1997, com as alterações do Decreto nº 54.264, de 23/04/2009;

i) - Documento de inscrição no PIS ou PASEP (se houver);

j) - Atestado de Antecedentes Criminais expedido pela Polícia Federal;

k) - Declaração de acumulação de cargo, função-atividade, emprego público ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa;

l) - Declaração firmada pelo admitido de que percebe (ou não) proventos de inatividade, seja pela União, por estado ou por município;

m) - 1 (uma) foto 3x4 recente; e

n) - Comprovações de que possui a formação e os pré-requisitos necessários para preencher a função-atividade, conforme mencionado no Anexo II.

4.1. - Outros documentos poderão ser exigidos, além dos já relacionados.

5. - Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas, exceto quando o candidato admitido apresentar os originais no ato da entrega dos documentos, para devida verificação do servidor público que receptor a documentação, conforme regulamenta o Decreto nº 52.658, de 23/01/2008.

6. - O candidato que não apresentar os documentos comprobatórios solicitados na admissão dentro do prazo previsto será eliminado do concurso público, mediante publicação em Diário Oficial do Estado, conforme determina o item "3" do Capítulo II deste edital.

7. - A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos até a data da admissão ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e a anulação de todos os atos daí decorrentes, ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do concurso, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8. - O candidato aprovado no Concurso Público poderá desistir do respectivo certame definitivamente, mediante e-mail endereçado ao Serviço de Seleção e Desenvolvimento, até o dia útil anterior à data da admissão.

9. - O candidato convocado que já pertencer ao quadro de servidores do HCRP em função-atividade diversa da explicitada neste Edital, para ser admitido deverá, antecipadamente, romper o vínculo que mantém com este Hospital, formulando pedido de demissão.

10. - No caso de desistência formal da admissão, prosseguir-se-á a admissão dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

XIV - Dos exames admissionais

1. - Os candidatos convocados serão submetidos a exame de saúde admissional, a ser realizado por Serviço Especializado em Medicina do Trabalho, indicado por este Hospital.

2. - Os candidatos deverão submeter-se aos seguintes procedimentos médicos: Avaliação Clínica, Acuidade Visual, Glicose, Hemograma, Hepatite B, Rotina de Urina, RX de Tórax, RX de Coluna Lombo-Sacra e RX Dorsal e outros exames se necessários.

3. - Somente serão admitidos os candidatos considerados aptos na Avaliação Médica Admissional.

3.1 - O HCRP, por ser Hospital de referência no tratamento da COVID-19, irá avaliar a aptidão do empregado à luz das condições médicas exigidas para desempenho da função também em áreas sujeitas ao risco específico da COVID-19.

XV - Das disposições finais

1. - O ato de inscrição do candidato presume o inteiro conhecimento das regras contidas neste edital, nas instruções especiais e nos demais atos e normas regulamentares,

importando na expressa aceitação das normas e condições do concurso público.

2. - O candidato tem por responsabilidade acompanhar, por meio do Diário Oficial do Estado e nos sites do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto e do Portal de Concursos Públicos, as publicações dos editais referentes ao concurso público, não sendo aceita a alegação de desconhecimento das normas do certame.

2.1. - A comunicação por outras formas (e-mail, telegrama, ligação telefônica), quando ocorrer, será mera cortesia da Comissão Especial de Concurso Público do HCRP.

2.2. - O Hospital das Clínicas da FMRP - USP não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) - Endereço eletrônico (e-mail) não informado na ficha de inscrição;

b) - Endereço eletrônico informado que esteja incompleto, incorreto ou não atualizado pelo candidato;

c) - Problemas no provedor de acesso do candidato, como caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica;

3. - Não será fornecida informação via telefone no que tange a resultados de notas de provas e títulos e classificação final.

4. - A inexistência das declarações ou irregularidades de documentações, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

5. - Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado, também no Portal de Concursos Públicos do Estado e no site do HCRP.

6. - O HCRP não se responsabiliza por apostilas, cursos ou quaisquer outras publicações ou divulgações referentes a este certame.

7. - Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumadas as providências ou eventos referentes a eles, circunstâncias que serão mencionadas em editais ou avisos a serem publicados no Diário Oficial do Estado e, quando for o caso, no Portal de Concursos Públicos do Estado e no site do HCRP.

8. - As alterações, atualizações ou correções dos dados cadastrais apontados na ficha de inscrição, após a homologação do concurso, deverão ser efetuadas pelo próprio candidato no site do HCRP, na área do candidato.

8.1. - Não caberá ao candidato qualquer reclamação caso não seja possível convocá-lo por falta de atualização cadastral.

9. - O gabarito oficial será divulgado juntamente com o resultado da prova, em atendimento à Lei nº 10.870, de 10/09/2001.

10. - As publicações das etapas do certame em Diário Oficial do Estado terão caráter oficial para fim de comprovação de habilitação em concurso.

11. - O período de validade do concurso não gera para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto a obrigatoriedade de aproveitar os candidatos habilitados, além das vagas oferecidas no presente edital.

11.1. - A aprovação em classificação superior ao número de vagas gera, para o candidato, apenas a expectativa de direito à admissão, durante a vigência do presente concurso público, dependendo dos interesses da Administração Pública.

11.2. - O Hospital das Clínicas não emitirá declaração de aprovação no certame.

11.3. - O Hospital se reserva o direito de não admitir o candidato que já tenha sido seu servidor que tenha sido demitido por justa causa.

12. - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso Público do HCRP-USP.

ANEXO I
Da Função-Atividade
Função-Atividade: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Lei complementar que regulamenta a função-atividade: A carreira de Técnico de Enfermagem foi instituída pela Lei Complementar nº 1157, de 2 de dezembro de 2011.

Jornada de Trabalho: 30 (trinta) horas semanais
Número de vagas: 22 (vinte e duas), sendo 21 (vinte e uma) para ampla concorrência e 1 (uma) para candidatos com deficiência.

Valor da taxa de inscrição: O Valor da Taxa de Inscrição é de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais), podendo sofrer alteração em virtude da variação do valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP.

Vencimentos
Composição - Valores R\$
Salário base - 400,28
Gratificação Executiva - 664,47
Abono Complementar - 135,25
Prêmio Incentivo - 731,00
Total dos Vencimentos - 1.931,00

1. - Após a admissão e, mediante Laudo Técnico emitido pelo Serviço Especializado de Engenharia e Medicina do Trabalho (SESMT), os contratados poderão perceber Adicional de Insalubridade que poderá variar de 20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento) do Salário Mínimo.

• Não fará jus ao Adicional de Insalubridade o contratado cujo Laudo Técnico do SESMT não indicar exposição a riscos biológicos ou físicos.

2. - Os contratados receberão um auxílio alimentação no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais.

3. - Farão jus ao recebimento do vale transporte correspondente ao deslocamento residência-trabalho e vice-versa nos moldes da Lei federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

ANEXO II
Pré-requisitos, perfil profissional, atribuições, conteúdo programático e duração da prova
Pré-requisitos:

a) - Possuir Certificado ou Atestado de Conclusão do Ensino Médio, expedido por escola oficial ou reconhecida;

b) - Possuir Certificado ou Atestado de Conclusão do Curso de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, expedido por escola oficial ou reconhecida;

c) - Possuir registro de Técnico de Enfermagem no COREN - Conselho Regional de Enfermagem atualizado;

d) - Possuir os pré-requisitos necessários, conforme Capítulo II deste edital.

Perfil profissional desejado (características e habilidades):

- Iniciativa, responsabilidade, sigilo e ética profissional no exercício das atividades de Enfermagem;
- Dinamismo no desenvolvimento das tarefas de Enfermagem, junto às Enfermarias, Ambulatórios e Clínicas Especializadas;
- Assertividade nas resoluções;
- Capacidade e disposição para alcançar os resultados desejados, com o menor gasto de tempo e recursos, considerando a ética, valores individuais, missão e visão da instituição e os fatores externos;
- Atuar de forma ética, colaborativa, respeitando as diferenças individuais, compartilhando seu conhecimento tácito e explícito e contribuindo com seu melhor, para o alcance de objetivos comuns;
- Saber o momento e situações que deve buscar orientações junto à Enfermeira de Plantão;
- Trabalhar em equipe, respeitando as decisões do grupo;
- Ter disponibilidade para participar de reuniões e treinamentos promovidos pela chefia da Unidade, pela Comissão de Educação Continuada em Enfermagem e pela Instituição;

- Possuir ou ter o conhecimento necessário para desenvolver habilidade técnica suficiente para o manejo de suas atribuições;
- Comprometimento: engajamento com os objetivos do trabalho que realiza e ser capaz de traçar estratégias para atendê-las, bem como aperfeiçoá-las;
- Capacidade de inovar e socializar o conhecimento e a experiência profissional;
- Comunicar-se de maneira eficaz e eficiente;
- Autocontrole e postura profissional adequada;
- Capacidade de realizar tarefas que exijam esforço físico relativo à movimentação e/ou cuidados prestados ao paciente, inerentes às atividades de Técnico de Enfermagem.

Atribuições
Descrição sumária
As atividades do Técnico de Enfermagem são regulamentadas pela Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem.

O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem sob a supervisão do enfermeiro, nos períodos diurno, noturno, misto, em escala de serviços na forma de revezamento, conforme necessidade do Serviço.

O Técnico de Enfermagem poderá ser designado pelo Hospital para atuar em áreas específicas de tratamento da COVID-19 ou outras doenças infectocontagiosas.

Descrição detalhada

- Receber e passar plantão de enfermagem;
- Receber pacientes admitidos e orientá-los na unidade;
- Oferecer aos pacientes cuidados de higiene pessoal, conforto e prevenção de complicações, deformidades e lesões;
- Transportar pacientes em macas e cadeiras de rodas;
- Auxiliar a equipe de saúde em tratamentos e exames especiais;
- Prestar cuidados no pré e pós-operatório;
- Executar prescrições médicas e de enfermagem;
- Participar do tratamento dos pacientes sob supervisão do enfermeiro;
- Atender o paciente em suas necessidades e solicitações;
- Comunicar o enfermeiro e registrar nos meios eletrônicos ou físicos, as alterações observadas no estado clínico dos pacientes sob seus cuidados;
- Preparar e administrar soros e medicamentos prescritos;
- Receber, conferir e administrar hemoterápicos, seguindo procedimento operacional institucional;
- Verificar e registrar parâmetros de sinais vitais;
- Controlar e registrar líquidos infundidos, eliminados e outros parâmetros;
- Coletar material biológico para exames laboratoriais;
- Oferecer alimentação aos pacientes e passar dieta por sonda enteral;
- Acompanhar transporte de pacientes estáveis em ambulância, para realizar exames ou procedimentos fora da instituição ou transferidos para outras Unidades;
- Realizar cuidados com o corpo pós-morte;
- Participar da prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;
- Promover a prevenção e o controle sistemático de danos físicos que possam ser causados à pacientes durante a assistência de saúde;
- Utilizar os equipamentos de informática necessários para a realização de suas atividades e atribuições;
- Registrar no prontuário eletrônico ou físico dos pacientes todas as ações de enfermagem executadas;
- Preparar e esterilizar materiais e instrumentais;
- Manter ordem e limpeza da sala de curativos, posto de enfermagem, e outros;
- Receber, conferir, guardar, manter ordem dos armários de medicação e checar data de validade dos medicamentos periodicamente;
- Zelar pela conservação dos aparelhos e materiais de uso na unidade;
- Participar de reuniões e treinamentos promovidos pela chefia da Unidade, pela Comissão de Educação Continuada em Enfermagem e pela Instituição;
- Cumprir normas de serviço, portarias e regulamentos da Instituição e do Código de Ética de Enfermagem, bem como as recomendações da Norma Regulamentadora nº 32 (NR32);
- Realizar procedimentos técnicos de enfermagem de sua competência e executar outras tarefas afins desde que seja designado pela chefia da unidade e sob a supervisão do enfermeiro;
- Executar tarefas e procedimentos pautados no conhecimento técnico e nos procedimentos operacionais disponíveis em meio eletrônico;
- Cuidar e observar no âmbito de sua atuação em respeito à Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Conteúdo programático
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. - Competências do COFEN e COREN;
2. - Principais Legislações que regulamentam o exercício profissional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem;
3. - Códigos do Processo Ético e de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
4. - Sistema Único de Saúde - Lei Orgânica 8080 de 19/09/1990;
5. - Norma Regulamentadora nº 32- NR 32- Ministério do Trabalho e Emprego;
6. - Introdução à Enfermagem;
7. - Farmacologia;
8. - Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material Esterilizado;
9. - Enfermagem em Clínica Cirúrgica;
10. - Enfermagem em Clínica Médica;
11. - Enfermagem em Moléstias Transmissíveis;
12. - Enfermagem em Neurologia;
13. - Enfermagem em Nutrição e Dietética;
14. - Enfermagem em Urgências e Emergências;
15. - Enfermagem em Saúde Coletiva;
16. - Enfermagem em Pediatria e Neonatologia;
17. - Enfermagem em Obstetrícia e Ginecologia;
18. - Enfermagem em Ortopedia;
19. - Enfermagem em Saúde Mental;
20. - Enfermagem em Geriatria;
21. - Enfermagem em Centro de Terapia Intensiva;
22. - Saúde e segurança no trabalho na área da saúde;
23. - Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar;
24. - Segurança do Paciente;
25. - Sistematização da Assistência de Enfermagem-SAE.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. - Administração Pública (Definições de Administração Direta, Administração Indireta, Autarquia, Fundação Pública, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista).
2. - Política de Recursos Humanos na Administração Pública.
3. - Princípios da Administração Pública (Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência).
4. - Acesso a Informações (Decreto nº 58.052/2012).
5. - Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público do Estado de São Paulo (Lei 10.294/99).
6. - Ética no Serviço Público.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. - Conhecimentos sobre Windows (pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, manipulação de arquivos e pastas).
2. - Conhecimentos sobre Microsoft Word e Microsoft Excel.
3. - Correio eletrônico (uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos).

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br



4. - Internet (navegação, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas).

LÍNGUA PORTUGUESA

- Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.
- Ortografia Oficial.
- Pontuação.
- Acentuação.
- Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição.
- Concordância verbal e nominal.
- Regência verbal e nominal.
- Crase.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Principais Legislações para o Exercício da Enfermagem. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/>

- Conselho Regional de Enfermagem – São Paulo – Compacto dicionário ilustrado de saúde e principais legislações de enfermagem. São Paulo, 2009.

- Diretrizes para RCP e ACE 2020 da "American Heart Association" – Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/hlghlghts_2020eccguidelines_portuguese.pdf

- - Mussi, NM et all. Técnicas Fundamentais de Enfermagem. 3ª ed. São Paulo: Editora Atheneu; 2017

- Norma Regulamentadora 32 – NR32, COREN SP, 2007. Disponível em: http://www.coren-sp.gov.br/sites/default/files/livro_nr32_0.pdf

- Silva, MT, Silva, SRLPT. Cálculo e Administração de Medicamentos na Enfermagem, 5ª ed. São Paulo: Martinari; 2019.

- COREN-SP. Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. – São Paulo: COREN-SP, 2017. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/uso-seguro-medicamentos.pdf>.

- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Caderno-4-Medidas-de-Preven%C3%A7%C3%A3o-de-Infec%C3%A7%C3%A3o-Relacionada-%C3%A0-Assist%C3%A2ncia-%C3%A0-Sa%C3%Bade.pdf>.

- <http://www.aids.gov.br/pt-br>

- <http://www.cve.saude.sp.gov.br/>

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

- <https://www.unicef.org/brazil/aleitamento-materno>

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm

- http://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html

- <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3507912/Caderno+1+Assistencia+Segura+Uma+Reflexao+Teorica+Aplicada+Pratica/97881798-cea0-4974-9d9b-077528ea1573>

- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Cadernos da Série "Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde" – 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes>

- <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z-1/c>

- <https://www.gov.br/saude/pt-br>

Duração da prova: 3:00 h (três) horas

ANEXO IV

Das condições específicas e ajudas técnicas disponíveis aos candidatos com deficiência

As seguintes condições específicas e ajudas técnicas poderão ser disponibilizadas aos candidatos com deficiência, na medida da sua necessidade, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

Atendimento ao candidato com deficiência visual:

- Prova impressa em Braille;

- Prova impressa em caracteres ampliados, indicando o tamanho da fonte;

- Fiscal Ledor, com leitura fluente, devendo, nesta situação, a prova ser gravada em áudio;

- Utilização de computador com software de leitura de tela e ampliação de tela, devendo o candidato indicar um dentre os relacionados a seguir:

* Lente de aumento do Windows (ampliação);

* Narrador do Windows (leitor de tela).

Atendimento ao candidato com deficiência auditiva:

- Fiscal Intérprete de LIBRAS, nos termos da Lei nº 12.319, de 01/09/2010, nos casos de prova oral, devendo, neste caso, a prova ser gravada em vídeo. No caso de impossibilidade da gravação, esta deverá ser justificada pela Comissão Especial de Concurso Público;

- Autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão Especial de Concurso Público, com a finalidade de garantir a lisura do concurso.

Atendimento ao candidato com deficiência física:

- Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova;

- Designação de fiscal para auxiliar na manuseio da prova e transcrição das respostas;

- Facilidade de acesso às salas de provas e às demais instalações relacionadas ao certame.

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EDITAL PROAC EXPRESSO DIRETO Nº 40/2021
PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL - ProAC
PARÂMETROS ESPECÍFICOS
"FOMENTO DIRETO A ESPAÇOS CULTURAIS E CRIATIVOS"
(CONSOLIDADO)

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa torna público o concurso para o FOMENTO DIRETO A ESPAÇOS CULTURAIS E CRIATIVOS, com observância da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 9.610/1998 (no que couber), da Lei Estadual nº 6.544/1989 (e alterações posteriores) e da Lei Estadual nº 12.268/2006, bem como de toda legislação complementar relacionada ao ProAC e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I. - OBJETIVO DESTA CONCURSO

1.1. - O presente Edital tem por finalidade apoiar projetos que visem à manutenção de Espaços Culturais e Criativos estabelecidos há pelo menos 02 (dois) anos no Estado de São Paulo, considerando o seu histórico de realização:

1.1.1. - Os espaços contemplados serão:

a) - Teatro, Cinema e Biblioteca.

b) - Museus e Acervos.

c) - Centros Culturais e Casas de shows.

d) - Espaços Culturais Independentes e Pontos de Cultura.

1.1.2. - Os projetos poderão contemplar, entre outras ações:

a) - Manutenção e aquisição de equipamentos.

b) - Manutenção de ações regulares como projetos pedagógicos, visitas guiadas, exposições e outras.

c) - Pagamento de despesas relacionadas ao funcionamento do espaço, como aluguel, água, luz, telefone, internet e salários da equipe de funcionários.

d) Pequenas reformas, adaptações, consertos e manutenções do espaço físico que não sejam estruturais, ou seja, que não demandem intervenção de laudos técnicos de engenheiros, arquitetos, entre outros.

e) Despesas relacionadas à implementação de protocolos de saúde.

1.1.2.1. - No caso de projetos que prevejam obras em espaços físicos, de acordo com as alíneas a e d, o participante deverá comprovar a titularidade do imóvel ou anuência do proprietário para realizar as ações.

1.1.3. - Os proponentes deverão apresentar no mínimo 01 (um) registro audiovisual de aula, palestra, debate, apresentação artística e/ou entrevista, com duração máxima de até 60 minutos.

1.2. - O Resultado Final deverá observar o seguinte:

1.2.1. - No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este concurso serão destinados a projetos de proponentes sediados em município do Estado de São Paulo que não seja a capital.

1.2.1.1. - Caso o proponente pretenda beneficiar-se do disposto acima, deverá justificar que sua atuação artística ocorre, prioritariamente, fora da capital, declarando tal circunstância no sistema de inscrição e também comprovar sede em município do Estado de São Paulo que não seja a capital, o qual será verificado no momento da contratação.

1.3. - O prazo para realização de todas as ações do projeto é de até 12 (doze) meses, a contar da data de depósito da parcela única do aporte.

II. - VALOR DISPONIBILIZADO

1

2

2.1. - O valor disponibilizado para cada projeto selecionado será conforme escolha do proponente de acordo com a característica do seu Espaço Cultural e Criativo, levando em conta as necessidades de manutenção do Espaço e execução do projeto:

a) - Modalidade 1: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

b) - Modalidade 2: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

1.

2.

2.1.

2.1.1. - Tendo em vista tratar-se de Edital realizado com recursos estaduais o proponente deverá usar o recurso recebido deste Edital preferencialmente para despesas realizadas no Estado de São Paulo.

2.1.2. - O Valor disponibilizado será:

a) - R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) para Modalidade 1.

b) - R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) para Modalidade 2.

2.2.

2.2. - O valor total de recursos disponibilizados para este Edital será de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

2.3.

1.

2.

2.1.

2.2.

2.3. - Após a seleção dos projetos, de acordo com o item 1.2, havendo recursos remanescentes e não havendo outros projetos que se enquadrem nos percentuais estabelecidos, tais recursos poderão ser destinados a projetos enquadrados em outras categorias do presente Edital, hipótese em que não mais será necessária a observância dos percentuais mínimos nele definido.

2.4. - Caso o valor total de recursos disponível para cada modalidade não seja integralmente executado, caberá ao Secretário de Cultura e Economia Criativa a decisão de remanejar os recursos remanescentes entre as modalidades deste edital e/ou para outros Editais do ProAC Expresso Direto 2021.

2.4.1. - Caso haja superação orçamentária para a execução desta ação, o valor referido no item 2.2 será ampliado. Efetiva a hipótese, os projetos suplentes poderão ser convocados de acordo com a ordem de classificação.

III. - DEFINIÇÕES

3.1. - Para os efeitos deste Edital, entende-se que:

a) - Espaços Culturais e Criativos: são espaços dedicados prioritariamente a atividades culturais sistemáticas que não sejam diretamente ligados a entidades públicas ou mantidos por empresas privadas de outras atividades, como: Teatro, Cinema e Biblioteca, Centros Culturais, Casas de Shows, Museus, Acervos, Espaços Culturais Independentes e Pontos de Cultura.

b) - Registro audiovisual: é a gravação audiovisual de conteúdo inédito a ser realizada no Espaço Cultural e Criativo, a saber: aula, palestra, debate, oficinas, cursos, workshops, entrevistas e/ou apresentações artísticas com duração de até 60 minutos, finalizadas em perfeitas condições de som e vídeo para exibição online.

c) - Projeto: formalização da proposta de ação cultural de acordo com a escolha da modalidade, que o proponente apresenta através de informações e documentos à Secretaria de Cultura e Economia Criativa, conforme item 6.1.

d) - Contrapartida: ação que o proponente deverá realizar em retribuição pelo financiamento de seu projeto com recursos públicos, conforme item 1.1.3.

e) - Proponente: a pessoa jurídica que assume a responsabilidade legal junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa pelo projeto, ou seja, por sua inscrição, execução e conclusão.

f) - Secretaria de Cultura e Economia Criativa: denominada neste Edital simplesmente Secretaria.

IV. - DA PARTICIPAÇÃO

1.

2.

3.

4.

4.1. - Poderá se inscrever neste Edital pessoa jurídica que comprove sede há mais de 02 (dois) anos no Estado de São Paulo, contados do último dia do período de inscrição, e área de atuação compatível com o objeto deste Edital, tendo como objetivo atividades culturais e de interesse público e social.

4.1.1. - Em caso de proponente Microempreendedor Individual – MEI, as atividades compatíveis serão analisadas na atividade principal ou secundária do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual. O proponente deverá comprovar em seu Certificado o CNAE compatível com o objeto deste Edital.

4.2. - As Cooperativas, que são proponentes pessoas jurídicas, deverão também:

a) - Atestado de que o cooperado inscrito – interveniente/ anuente – possui vínculo com a Cooperativa.

b) - Na hipótese de inscrição de projeto de acordo com o previsto no item 1.2.1, comprovar que o cooperado possui domicílio fora da capital do Estado de São Paulo, o qual será verificado no momento da contratação.

c) - Atender o Artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, alterado pelo Decreto nº 57.159/2011.

d) - Atender o Artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971 que dispõe sobre o registro da Cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras.

1.

2.

3.

4.

4.1.

4.2.

4.3. - É vedada a inscrição de projeto:

a) - cujo proponente seja servidor do Governo do Estado de São Paulo ou tenha em sua composição societária servidor do Governo do Estado de São Paulo.

b) - cuja etapa e/ou fase já tenha sido executada por meio de recursos do Programa de Ação Cultural – ProAC (Editais, LAB, ICMS ou Municípios) ou quaisquer outros recursos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de São Paulo.

c) - Apresentado de forma fragmentada ou parcelado por proponentes diferentes ou pelo mesmo proponente, conforme disposto no artigo 28 do Decreto Estadual nº 54.275/2009.

V. - SOBRE A INSCRIÇÃO

1.

2.

3.

4.

5.

5.1. - As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente através do sistema on line: www.proacexpresso.sp.gov.br.

1.

2.

3.

4.

5.

5.1.

5.2. - Período de inscrição: a partir do dia 26 de maio de 2021 até às 23h59h59 (horário de Brasília) do dia 14 de julho de 2021.

5.3. - A inscrição do projeto implica na prévia concordância do proponente com os termos deste Edital.

5.4. - Neste Edital, cada proponente poderá inscrever até 02 (dois) projetos.

5.4.1. - Um mesmo projeto só poderá ser inscrito uma única vez.

5.4.2. - Caso haja duas ou mais inscrições de um mesmo projeto, seja pelo mesmo proponente ou por proponentes distintos, será considerada apenas a última inscrição efetuada.

5.5. - Será contemplado apenas 01 (um) projeto por proponente ou cooperado (em se tratando de Cooperativa) neste Edital, respeitada a ordem de classificação.

5.5.1. - Cada Cooperativa poderá ser contemplada com até 40% (quarenta por cento) dos recursos disponíveis deste Edital.

5.6. - A Secretaria não se responsabiliza por falha na inscrição por qualquer razão, cabendo ao proponente a devida prudência para a realização dos atos necessários em tempo hábil.

VI. - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

6.1. PROJETO: No sistema on-line, conforme item 5.1, o proponente deverá preencher os campos obrigatórios conforme itens abaixo e realizar o upload dos anexos.

a) - Apresentação do Espaço Cultural e Criativo, demonstrando o seu histórico de realização nos últimos 02 (dois) anos.

b) - Apresentação do projeto, demonstrando as necessidades de manutenção do Espaço Cultural e Criativo e as ações a serem realizadas.

c) - Relevância: descrever o impacto e diferencial do projeto.

d) - Proposta de contrapartida:

1) Descrição do conteúdo do registro audiovisual a ser gravado.

2) Link contendo uma exposição demonstrativa do registro audiovisual, de no máximo 05 (cinco) minutos (não obrigatório).

e) - Indicação e expectativa do público-alvo a ser atendido no Espaço Cultural e Criativo.

f) - Classificação indicativa do registro audiovisual.

g) - Cronograma de execução.

h) - Orçamento detalhado, conforme modelo de planilha no Anexo I:

1) - O projeto que apresentar orçamento maior do que o previsto neste Edital deverá obrigatoriamente especificar as fontes complementares de recursos.

2) - Em caso de compra de equipamento de qualquer natureza, deverá ser expressamente justificado o motivo da compra e o destino do equipamento adquirido após a conclusão do projeto.

i) - Plano de divulgação.

j) - Currículo do proponente.

1) - No caso de Cooperativa, deve-se apresentar apenas o currículo do cooperado responsável pelo projeto.

k) - Ficha técnica com a relação dos participantes, incluindo identificação do CPF e a descrição da função no projeto.

l) - Breve currículo dos principais integrantes do projeto (máximo de 20 linhas para cada currículo).

m) - Anexos:

1) - Obrigatório: Opção de Cessão dos Direitos Autorais, conforme Anexo II, caso haja, ou Declaração Negativa de Opção de Cessão de Direitos Autorais, conforme Anexo III

2) - Obrigatório: Termo de Compromisso assinado, conforme Anexo IV ou Anexo V (caso não haja participantes listados na ficha técnica).

3) - Não obrigatório: Informações adicionais que o proponente julgar fundamentais de acordo com o segmento cultural segundo a modalidade escolhida.

4) - No caso de projetos que prevejam obras em espaços físicos, o proponente deverá comprovar a titularidade do imóvel ou anuência do proprietário para realizar as ações.

6.2 DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE: No sistema de inscrição, conforme item 5.1, o proponente deverá realizar o upload dos documentos abaixo:

1.

2.

3.

4.

5.

6.

6.1.

6.2.

6.2.1. - DOCUMENTAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA

a) - Declaração de Inscrição, conforme Anexo VI;

b) - Cópia do cartão do CNPJ;

c) - Cópia simples do ato constitutivo e alterações posteriores: Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado. No caso de inscrição de Microempreendedor Individual – MEI, apresentar Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

1) A pessoa jurídica deverá comprovar no seu ato constitutivo que: a área de atuação é compatível com o objeto deste Edital e que possui sede há mais de 02 (dois) anos no Estado de São Paulo;

2) Em caso de proponente Microempreendedor Individual – MEI, as atividades compatíveis serão analisadas na atividade principal ou secundária devidamente demonstradas no Certificado da Condição de Microempreendedor Individual. O proponente deverá comprovar em seu Certificado o CNAE compatível com o objeto deste Edital

d) - Quando for o caso, apresentar também documentos de eleição e posse de seus administradores;

e) - Cópia simples do documento de identidade oficial do(s) seu(s) representante(s) legal(is), contendo o número do R.G. e foto;

f) - Portfólio com histórico de projetos executados;

g) - Portfólio com histórico de projetos executados por meio de Lei de incentivo estadual (Não obrigatório);

h) - Cópia simples do CPF do(s) seu(s) representante(s) legal(is);

i) - No caso de inscrição de Cooperativa apresentar também:

1) Ficha de filiação do cooperado responsável pelo projeto, juntamente com cópia simples do seu documento de identidade e CPF.

2) Certidão de Regularidade da Cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras.

j) - Exclusivamente para aqueles que se declararem Pontos de Cultura, deverão apresentar Certificação simplificada emitida pela plataforma Rede Cultura Viva.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

6.1.

6.2.

6.2.1.

6.2.2.